

CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICAIS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIA DA BACIA DO RIO TAPAJÓS SOBRE A CRISE CLIMÁTICA

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE AJUDA E PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL PARA ENFRENTAR A SECA E OS INCÊNDIOS CRIMINOSOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAPAJÓS

Prezados senhores, do Governo Municipal, Estadual e suas respectivas secretarias e ao Governo Federal e seus ministérios.

Diante da crise climática que vem assolando todo o país, nós, movimentos sociais, sindicais, associações e sociedade civil organizada, vimos compartilhar com vossa excelência as grandes dificuldades que a região do Baixo Amazonas/Oeste do Pará vem enfrentando com a maior estiagem dos rios registrada nos últimos tempos em nossos municípios; os recorrentes casos de incêndio que estão devastando nossas florestas e afetando a saúde da população, vivenciando as mais altas temperaturas e a péssima qualidade do ar. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, este ano a temperatura em Santarém está 2,7° C acima da média histórica dos últimos 50 anos (36,5° C) e a cidade atingiu 307 micrograma de poluente por metro cúbico, registrando a pior qualidade do ar no país no dia 21/11/2024, mesmo estando no coração da Amazônia.

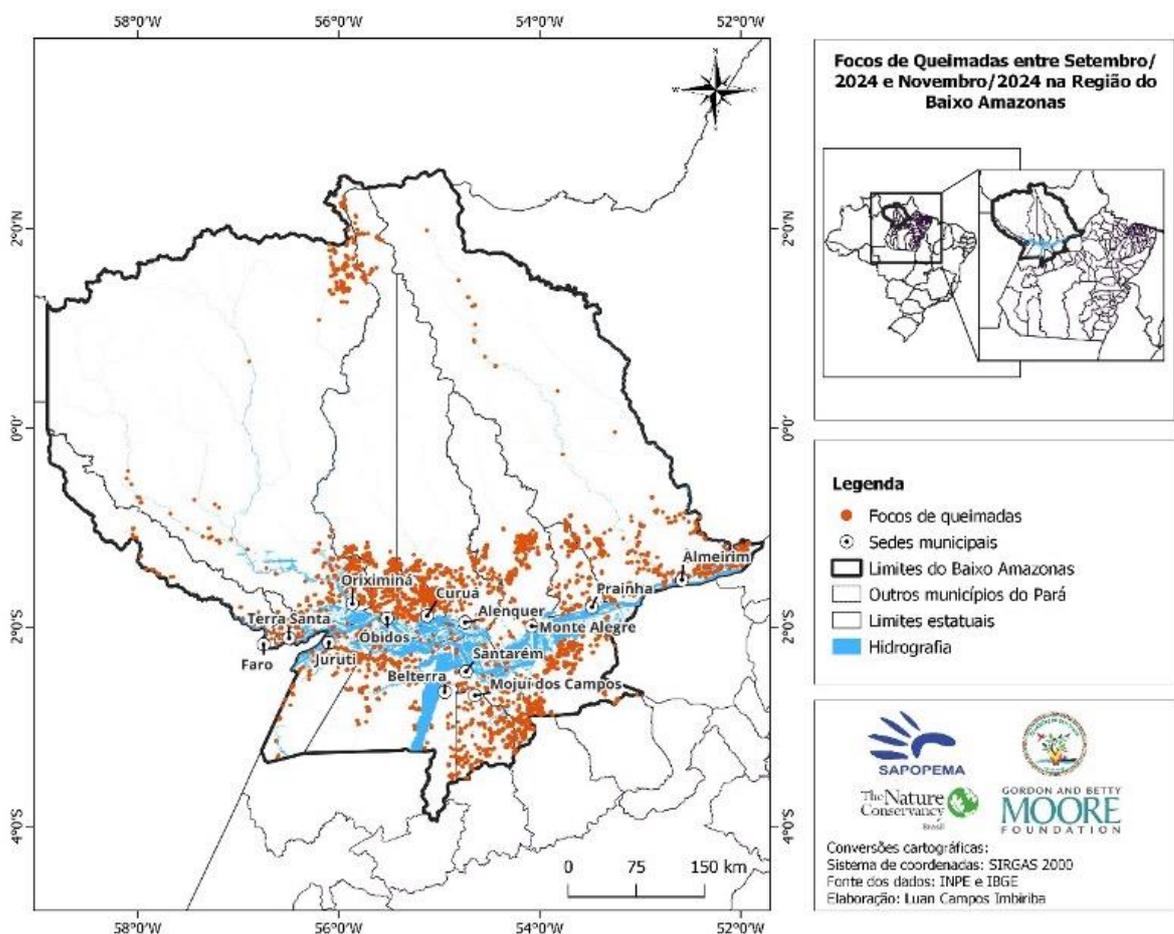
A falta de chuvas e os impactos negativos resultantes desta situação têm afetado significativamente nossa região. Por conta disso, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, em sua [916ª Reunião Deliberativa Ordinário da Diretoria Colegiada](#), ocorrida no dia 23 de setembro, aprovou a proposta de Declaração de Situação de Escassez Quantitativa de Recursos Hídricos no trecho do baixo rio Tapajós, compreendido entre as cidades de Itaituba (PA) e Santarém (PA) até 30 de novembro. O Governo do Estado do Pará já decretou situação de emergência climática em razão do agravamento das queimadas e da seca no Estado, o que tem afetado diversas regiões, reduzindo os níveis de água em reservatórios, rios e aquíferos, causando graves impactos na agricultura, no abastecimento de água potável, no transporte e demais atividades socioeconômicas essenciais.

A Prefeitura de Santarém, pelos mesmos motivos, também decretou emergência em função da vazão das águas dos rios Amazonas e Tapajós. Essas medidas visam aumentar a segurança hídrica da região e mitigar os impactos dos baixos níveis dos rios sobre os usos da água. Além disso, em 25 de novembro de 2024, houve a emissão do decreto municipal nº 698/2024 com intuito de chamar atenção para a emergência ambiental que o município vem enfrentando referente à qualidade do ar. Apesar deste decreto, nos últimos dias, a cidade tem sido assolada pela fumaça, prejudicando a condição de

saúde de todos, especialmente das pessoas mais vulneráveis. Inclusive, no dia 29 de novembro de 2024, a cidade alcançou o marco de segunda pior qualidade do ar do mundo.

O município de Santarém tem tomado algumas iniciativas preventivas, porém, essas questões envolvem outros municípios que estão dentro da região Oeste Paraense e que aparecem com focos de fogo, conforme se observa no mapa (figura 01). Percebe-se nos dados publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -INPE, que as cinco maiores concentrações de focos de queimada, entre setembro e novembro de 2024, estão localizadas nos municípios de Almeirim, Prainha, Óbidos, Oriximiná e Santarém (gráfico 01).

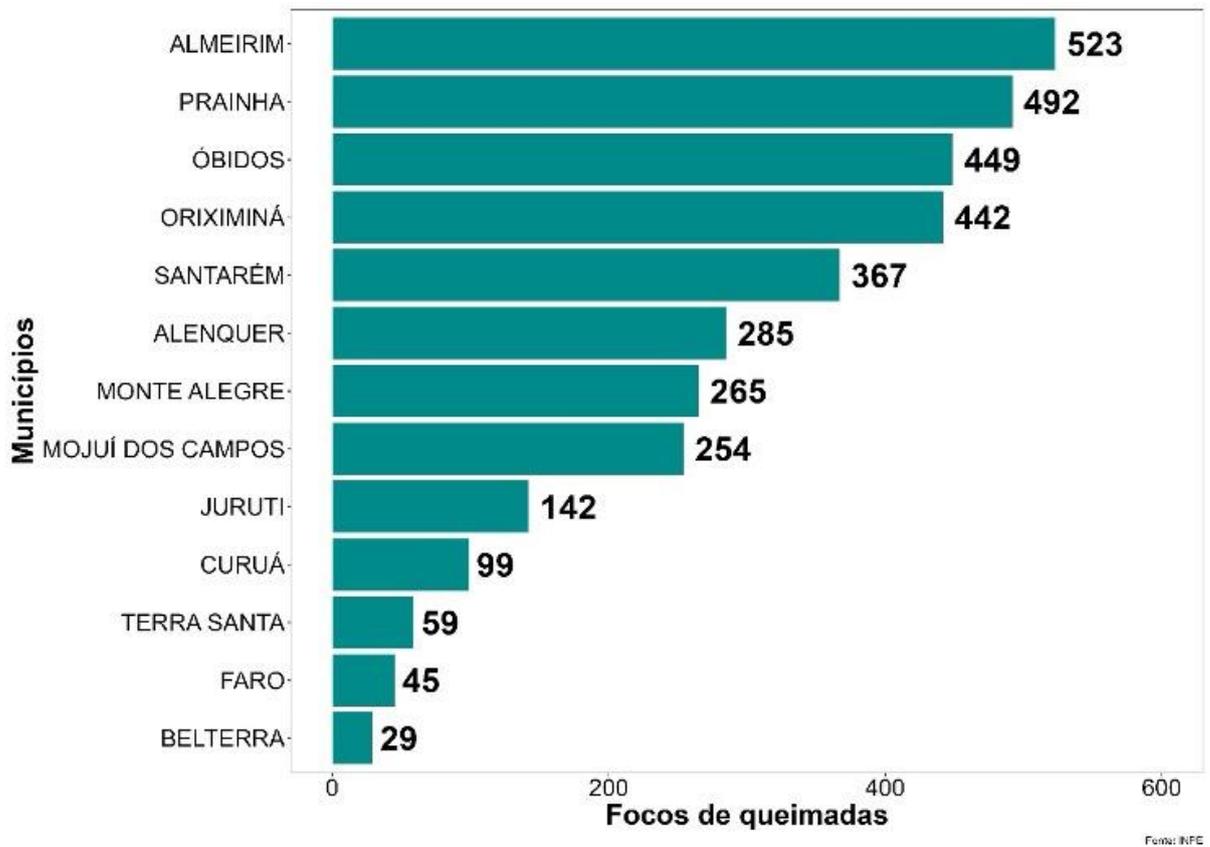
Figura 01: Densidade de focos de queimadas na região do Baixo Amazonas



FONTE: Adaptado com dados do INPE, 2024

Gráfico 01: Focos de queimadas

8



Fonte: Adaptado com dados do INPE, 2024.

Diante deste cenário, nós, organizações civis da bacia hidrográfica do Tapajós constituímos a Frente pelo Clima Santarém. Fazem parte da frente organizações que atuam na ponta junto às comunidades e aldeias e, por essa razão, têm recebido inúmeros relatos e pedidos de ajuda das diferentes regiões. Trata-se de demandas urgentes e de curto prazo que passam pelo acesso à água potável, por soluções logísticas, pela segurança alimentar, e pela saúde; e também por demandas de médio e longo prazo, que devem ser levadas em consideração nos planejamentos de políticas públicas para o enfrentamento deste “novo normal” de extremos climáticos. Além das necessidades causadas pela seca extrema, as queimadas criminosas agravam a situação com a péssima qualidade do ar, causando um problema de saúde pública, com o aumento de doenças respiratórias e alta demanda nas redes municipais de saúde, já sobrecarregadas.

Neste sentido, ainda que os decretos citados reconheçam a gravidade da situação, as populações locais sentem a ausência das diferentes esferas estatais (falta de respostas mais ágeis de planejamento, de fiscalização, punição) na solução dos problemas. Algumas de nossas organizações têm trabalhado incansavelmente para levar ajuda humanitária a essas comunidades, mas com alcance limitado, sendo o apoio governamental fundamental e estrutural.

Ante o exposto, solicitamos a intervenção e liderança de V. Senhoria no sentido de enfrentar tão complexo desafio. Externamos aqui nossa preocupação dada a gravidade da seca em nossa região, causando sofrimento humano, estresse ambiental com altas temperaturas, aumentando as doenças e afetando negativamente a qualidade de vida de nossa população, senão vejamos:

1. Escassez de água potável: a falta de chuvas reduziu os níveis dos rios e lençóis freáticos, tornando a água potável um recurso escasso. Muitos de nossos habitantes estão enfrentando dificuldades para obter água segura para consumo diário;

2. Perda de produção, sementes e mudas: os agricultores locais estão sofrendo perdas significativas de colheitas e de materiais próprios de renovação de plantios (sementes e mudas) devido à seca prolongada, o que afeta não apenas sua subsistência, mas também o abastecimento alimentar das comunidades e das cidades e a economia da região;

3. Incêndios florestais: as elevadas temperaturas associadas a intervenção humana, têm causado recorrentes casos de incêndio nas florestas e em áreas habitadas provocando devastação, medo e afetando a saúde da população por conta da fumaça que se espalha por todos os municípios. Uma das maiores dificuldades é a falta de recursos para combater esses incêndios e descobrir se são de origem criminosa. A perda da floresta e biodiversidade em geral por conta dos incêndios e desmatamento atenta contra a segurança alimentar e o direito de ir e vir das pessoas, além de agravar os impactos locais e regionais das mudanças climáticas.

4. Isolamento das comunidades: a seca dos rios, principais vias de transporte da população ribeirinha e indígena, está dificultando a locomoção, o que agrava as condições de acesso à água potável e alimentos na cidade, bem como acesso aos serviços de saúde. Por conta da baixa nos rios, estudantes e professores das áreas ribeirinhas, que dependem do transporte escolar fluvial, estão sem acesso às escolas.

5. Insegurança alimentar e nutricional: a base alimentar das famílias amazônicas é o peixe e a farinha. Com a crise hídrica, os rios secaram e os peixes estão morrendo. Além disso, as roças estão sendo impactadas pela seca, reduzindo a produção. Isso vem colocando em risco a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem nas comunidades e também na cidade.

Nesse contexto, solicitamos a colaboração desta instância governamental para desenvolver um plano de ação abrangente para enfrentar a seca na Região Oeste do Pará, considerando as seguintes ações:

Em caráter emergencial:

1- Fornecimento de água potável: distribuição de água potável para as comunidades afetadas, além da disponibilização de 50 mil filtros de nanotecnologia já testados por organizações locais, garantindo o acesso adequado e seguro que pode ser usado em outras situações de crise;

2- **Alimentação:** disponibilização de cerca de 100 mil cestas básicas para atender a população da região em conformidade com a cultura alimentar do território. Além de uma liberação permanente com duração de 6 (seis) meses de cesta básica para as famílias afetadas, valorizando a compra de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar;

3- **Saúde:** disponibilização de 10 mil kits de medicamentos para atender, principalmente, as famílias que estão distantes do atendimento médico nos municípios;

4- **Combate a Incêndios:** disponibilização de 200 brigadistas equipados com sopradores e transportes como: helicóptero, 30 motocicletas, lanchas e combustível para trabalhar no combate aos incêndios. E ainda capacitação técnica para formar novos brigadistas daqui da região. É indispensável incentivar as ações, conforme Manejo Integrado do Fogo (MIF), e formar equipas de brigadas comunitárias;

5- **Fortalecimento de órgãos públicos federais, estaduais e municipais (IBAMA/ICMBio/SFB/Ideflor/Secretarias estadual e municipais de Meio Ambiente e de Agricultura/Produção Familiar):** disponibilização de recursos para que o IBAMA e o ICMBio possam, além de autuar os criminosos, trabalhar e administrar as questões da seca e o combate aos incêndios juntamente com o Ministério do Meio Ambiente; além de investimentos para fortalecer outros órgãos como o SFB, o Ideflor e Secretarias Estadual e Municipais de Meio Ambiente.

6- **Auxílio emergencial aos indígenas, quilombolas e agricultores:** criar um programa de auxílio financeiro para essas populações terem como se manter em período de crise hídrica em suas comunidades.

7- **Sala de monitoramento atmosférico e instalação de estações meteorológicas e de qualidade do ar:** Contratar profissionais especializados para atuação na sala de monitoramento atmosférico a fim de que informações meteorológicas específicas e alertas eventuais eventos extremos atmosféricos para a região oeste do Pará possam ser disponibilizadas. Além disso, realizar medidas atmosféricas acuradas é o primeiro passo na questão das mudanças climáticas segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM). Em função disso, a aquisição, instalação e manutenção de estações meteorológicas e de qualidade ar se torna de fundamental importância devido à carência histórica desses equipamentos na região.

Em curto prazo:

- 1- **Fortalecimento das brigadas comunitárias** com treinamento e equipamentos de combate e prevenção ao fogo para ajudar no combate aos incêndios, uma vez que, são eles que conhecem a região melhor do que ninguém. Além disso, brigadistas também promovem educação ambiental e transformação social na comunidade onde vivem.
- 2- **Reestruturação do corpo de bombeiros de Santarém e Itaituba** com equipamentos e ampliação do quantitativo de profissionais para atendimento qualificado dos focos de queimadas na região.
- 3- **Reativação de poços:** ajuda para manutenção dos poços individuais e comunitários e disponibilização de placas solares para que passem a funcionar com energia solar;

- 4- Mangueiras e motor bomba:** disponibilização de equipamentos adequados para que a água chegue o mais próximo possível das residências que dependem da água dos rios, visto que, com a estiagem, precisam caminhar longas distâncias para ter acesso à água, além de reservatórios de água no modelo Asterra para cerca de 2 mil comunidades;
- 5- Apoio aos agricultores:** Implementação de medidas de apoio aos agricultores, como um novo auxílio emergencial para as famílias afetadas pela seca e incêndios (pescadores, agricultores familiares), além de apoio por meio do investimento em programas de irrigação, de serviço de assistência técnica e extensão rural pautado nos princípios da Agroecologia, em serviços de transporte e subsídios para minimizar as perdas da produção e maximizar o beneficiamento e armazenamento de alimentos;
- 6- Assistência de emergência:** Disponibilizar recursos para atender às necessidades de saúde e bem-estar das comunidades afetadas, como antecipação do pagamento de auxílios como BPC e bolsa família. Além de desburocratizar o acesso a recursos para agricultura familiar e o repasse imediato aos solicitantes, bem como perdoar a dívida dos pequenos agricultores, visto que sem a produção não há renda para quitar débitos com os bancos fornecedores dos recursos;
- 7- Criação de casas de sementes e viveiros de mudas comunitárias:** produção de sementes que germinam com pouca água e mudas de qualidade para distribuir às famílias afetadas, com a forte estiagem nas comunidades rurais. As sementes devem ser de variedades produzidas na região, pois, assim, manterá a produção constante e diminuirá a perda da produção das famílias, além disso, proporcionará soberania ao agricultor e agricultora familiar;
- 8- Fundo Amazônia:** Contribuir e facilitar o acesso das organizações sociais, que representam as comunidades locais aos recursos do Fundo Amazônia, que fortaleçam a economia de base agro-florestal sustentável, a pesca artesanal, a gestão e ordenamento territorial e o desenvolvimento de novas tecnologias para atender as demandas de infraestrutura básica;
- 9- Gestão e governança participativa das águas e do ar:** Implementação de gestão participativa das águas e do ar na bacia hidrográfica do Tapajós como arena central para debate e tomada de decisão relativo à adaptação às mudanças climáticas com representatividade significativa dos grupos sociais locais.
- 10- Contratação de profissionais para monitoramento climático e aquisição de estações meteorológicas e de qualidade do ar:** Informação meteorológica contínua e realização de medidas atmosféricas acuradas são o primeiro passo no combate à questão das mudanças climáticas que assolam a região.

Em longo prazo:

- 1- Desenvolvimento sustentável:** exploração de soluções de longo prazo, como a construção de reservatórios de água, no modelo cisterna, para garantir a resiliência da região diante de secas futuras;
- 2- Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia - PPCDAm:** Ampliar a integração entre os diversos Ministérios para implementar, de maneira efetiva, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia - PPCDAm, com o objetivo de zerar o desmatamento até 2030, desmatamento esse que é a principal fonte das queimadas na região que degradam a floresta e aumentam as emissões de gases de efeito estufa;
- 3- Abertura e estruturação de ramais:** com a estiagem dos rios, que são o principal acesso dos ribeirinhos aos centros urbanos dos municípios, muitos estão isolados pois não há outra alternativa para saírem de casa e ir até mesmo em busca de alimentos, atendimento, entre outras necessidades;

4- Apoio à medicina tradicional: é cultura da nossa região recorrer a medicina caseira quando não há acesso a atendimento médico diante de uma necessidade. Por isso, solicitamos apoio para compra de material para manuseio e um local dentro das comunidades para que haja a fabricação dos remédios fitoterápicos produzidos pela medicina caseira nas nossas comunidades;

5- Plano Clima: acelerar a elaboração do Plano Clima, com medidas que garantam recursos a estados e municípios para operacionalização de medidas para realização de monitoramento climático contínuo e realização de medidas atmosféricas acuradas da atmosfera que serão utilizadas na decisão de medidas de mitigação e de adaptação climática, para maior resiliência das comunidades e cidades da Amazônia e atendimentos emergenciais.

Na oportunidade, e diante do exposto, gostaríamos de sugerir a **criação de um Comitê de Gestão de Crise Climática** composto pelos movimentos sociais e governos municipais para contribuir na aplicação das medidas de ação em caráter emergencial, mas também, para tratar de ações de combate e enfrentamento de outras crises climáticas em nossa região. Vale ressaltar, que estamos dispostos a colaborar ativamente com este órgão e a prestar todo o apoio necessário para garantir o sucesso dessas ações.

Agradecemos antecipadamente sua atenção e sua ação rápida em resposta a esta solicitação, considerando que a seca na Bacia Hidrográfica do Tapajós é um desafio que exige uma resposta imediata.

Atenciosamente, seguem abaixo assinados todos os movimentos sociais e entidades envolvidas neste propósito.

Santarém, 30 de novembro de 2024.

- 1- Coletivo Guardiões do Bem Viver
- 2-Sociedade para Pesquisa e Proteção ao Meio Ambiente - Sapopema
- 3-Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP)
- 4-Associação dos Estudantes Universitários de Belterra - AEUB
- 5-Conselho Indígena Tupinambá do Baixo-Tapajós - CITUPI
- 6-Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR
- 7-Coletivo Maparajuba Direitos Humanos na Amazônia
- 8-União da Juventude Comunista - UJC
- 9-Centro Acadêmico de Geografia da UFOPA - (CAGEO)
- 10-Centro Acadêmico de Pedagogia - Ufopa (CAP-UFOPA)
- 11-Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Mojuí dos Campos
- 12-Associação de Mulheres Agricultoras Familiares de Mojuí dos Campos Flores do Campo

- 13-Federação das Associações e Comunidades do Assentamento da Gleba Lago Grande (FEAGLE)
- 14-Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém-STTR
- 15-Diretório Acadêmico Indígena da Ufopa - DAIN
- 16-Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns – CITA
- 17-Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS
- 18-Organização das Associações e Moradores da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns – TAPAJOARA
- 19-Projeto Saúde e Alegria – CEAPS
- 20-Movimento Tapajós Vivo (MTV)
- 21-Grupo Mãe Terra
- 22-Centro de Estudos, Pesquisas e Formação dos Trabalhadores do Baixo-Amazonas (CEFT-BAM),
- 23-Grupo de Defesa da Amazônia (GDA),
- 24-Casa Familiar Rural de Santarém
- 25-WWF Brasil
- 26-Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Baixo Amazonas – FETAGRI-BAM
- 27-Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS)
- 28-Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém (AMTR),
- 29-Conselho Indigenista Missionário - CIMI
- 30-Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP)
- 31-Fase Amazônia
- 32-Coletivo Jovem Tapajônico
- 33-Partido Socialismo e Liberdade/Santarém
- 34-Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH
- 35-Central Única do Trabalhadores CUT- Pará
- 36-Coletivo de Mulheres Indígenas As Karuana
- 37-Associação Kuximawara de Mulheres Indígenas Artesãs e Artistas de Alter do Chão
- 38-Centro Acadêmico de Licenciatura em Letras- CALL
- 39-Sindicatos dos Bancários do Pará
- 40-Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará- SINDSAÚDE seção Santarém
- 41-SINDUFOPA-Seção Sindical dos Docentes da UFOPA

- 42-Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Belterra
- 43-União de Entidades Comunitárias de Santarém - UNECOS
- 44-Centro acadêmico de Gestão Ambiental da UFOPA (CAGEA)
- 45-Associação Indígena Iwipurãga
- 46-Coletivo Audiovisual Mucajá
- 47-Vozes da Amazônia
- 48-ATAS - Associação de Teatro do Tapajós
- 49-Centro Acadêmico de Gestão Pública (CAGPDR)
- 50-Grupo Consciência Indígena
- 51-Liga Acadêmica de Direito Sumaúma-LADS
- 52-Partido do Trabalhadores e das Trabalhadoras Santarém-PT (diretório Santarém)
- 53-Coletivo de Juventude - Juntos
- 54-Instituto Território das Artes
- 55-Diretório Central Estudantil - DCE UFOPA
- 56-Instituto Mureru Eco Amazônia - IMEA
- 57-CAJU - consciência ambiental na juventude
- 58-Pastoral da Juventude
- 59-Associação de mulheres Indígenas Suraras do Tapajós
- 60-Associação de Jovens Engajamundo
- 61-Equipe de animação das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs da Arquidiocese de Santarém
- 62-União Dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém - UES
- 63-REDE SUSTENTABILIDADE- Regional Baixo Amazonas
- 64-Terra de Direitos
- 65-Turiarte - Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta
- 66-ARESA- Associação de Moradores do Residencial Salvação
- 67-Coletivo de Pesquisa em Etnobiologia, Território e Conservação da Diversidade Biocultural - UFOPA
- 68-Observatório Atmosférico da Amazônia - UFOPA
- 69-Coletivo Muiraquitonas – Abya Yala/Pacha Mama
- 70-Centro Acadêmico de Direito Vandria Borari - Ufopa

- 71-Coletivo dos Estudantes Com Deficiência Rodrigo Pantoja - Ufopa
- 72-Sindicato dos Trabalhadores das Instituições de Ensino Superior do Estado do Pará - Sindtifes
- 73-Coletivo Muvuca
- 74-Cáritas Arquidiocesana de Santarém
- 75-ADHMA-Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Meio Ambiente na Amazonia
- 76-Comissão VERBITA JUPIC- JUSTIÇA, PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO
- 77-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará - STIUPA
- 78-União da Juventude Socialista - UJS
- 79-Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes no Pará - CUCA da UNE-PA
- 80-Partido Comunista do Brasil - PCdoB
- 81-Associação Tapajoara
- 82-International Rivers
- 83-Coalizão Pelos Rios
- 84-Co-Laboratorio de Antropologia Rural e da Resistência- UFOPA
- 85-Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agricultores Familiares do Município de Alenquer
- 86-Laboratório TEPAHÍ - Terras, Paisagens, Histórias e Imagens na Amazônia
- 87-Maria do Carmo Martins Lima - Deputada Estadual (PT)
- 88-Movimento de Carimbó do Oeste do Pará
- 89-Coletivo Audiovisual Apoena Produtora
- 90-Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora
- 91-Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia - Gepesa/Ufopa
- 92-Carlos Eduardo Cardoso Martins - vereador e vice-prefeito eleito de Santarém
- 93-Associação Profissional de Engenharia Florestal do Pará - APEF
- 94-Brigada Comunitária Voluntária da Comunidade Maripá - Brigada de Maripá
- 95-Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
- 96-Movimento Negro Unificado
- 97-Floresta Modelo Amazonas Tapajós - FLOMAT
- 98-Brigada Guardiões do Território Kumaruara
- 99-Núcleo de Agroecologia- NEA Muiraquitã/Ufopa

100-Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém AMTR-STM

101 - Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Oeste do Pará e Baixo Amazonas - MOPEBAM

102- Associação Cultural Cauré - Grupo Teatral Kauré

103- Associação Iwipurãga da aldeia do Povo Borari de Alter do Chão

104- Biga Kalahari - vereador